



AMADORA  
Câmara Municipal

# Relatório e Contas Consolidadas 2023



**MUNICÍPIO DA AMADORA**  
**REVISÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS**  
**EXERCÍCIO DE 2023**

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

#### **Opinião com reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do *Município da Amadora* (o Grupo), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023, (que evidencia um total de 502.650.040 euros e um total de património líquido de 468.641.087 euros, incluindo um resultado líquido de 6.217.766 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do *Município da Amadora*, em 31 de dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

#### **Bases para a opinião com reservas**

1. Atendendo às especificidades do processo de inventariação e valorização do património municipal e pese embora o esforço continuado por parte do Município da Amadora na inventariação e valorização total dos imóveis, parte destes bens nomeadamente os do domínio público não estão ainda inventariados e outros bens não se encontram totalmente valorizados, não sendo possível, à presente data, determinar o efeito positivo no ativo e no património líquido resultante desse processo.

2. O ativo do Grupo inclui uma participação financeira nos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora (SIMAS) representativa de 50% do capital. Esta participação encontra-se registada de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial pelo valor aproximado de 104,43 M euros (em 2022: 103,99 M euros). A Certificação Legal das Contas dos SIMAS referente ao exercício de 2023, inclui quatro reservas, abaixo descritas, que constituem uma limitação de âmbito na nossa análise ao correspondente valor da participação registada no ativo do Grupo.

2.1 Os SIMAS desencadearam, no âmbito da NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis, um novo processo de inventariação e de atualização dos registos dos bens imóveis que se encontram afetos de forma permanente ao seu património, principalmente no que concerne às cedências da rede de água, saneamento, pluviais e edifícios. Apesar do extenso trabalho desenvolvido e com um impacto de 54,0 M euros em Ajustamentos de Transição, a informação atualmente existente não constitui uma garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, constituindo uma limitação de âmbito do nosso trabalho.

Adicionalmente, não foi possível alocar as Outras variações no património líquido decorrentes dos subsídios ao investimento, no valor líquido de 0,96M euros, sem divulgação da reexpressão neste exercício, aos ativos fixos tangíveis subjacentes, assim como atestar a decorrente especialização dos mesmos.

2.2 Os SIMAS adotam um sistema de faturação do fornecimento de água e das tarifas de saneamento e de resíduos urbanos cuja integração na contabilidade financeira não se encontra otimizada. Os procedimentos adotados não permitem verificar, por devedor, no final de cada período contabilístico, (i) o valor total e a sua antiguidade, (ii) os valores a entregar ao Município de Oeiras, referente às tarifas fixas e variáveis e à taxa de gestão dos resíduos urbanos e ao Município da Amadora, os valores referentes às tarifas de saneamento ambiental, tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos e (iii) se a dívida é, ou não, de cobrança duvidosa e, conseqüentemente, suscetível de constituição de imparidades.

2.3 O passivo dos SIMAS inclui na rubrica Outras contas a pagar não correntes o valor de cauções recebidas de terceiros no montante de 2,10 M euros (1,89 M euros após reexpressão em 2022). Conforme já referido no ano transato, e apesar do processo de recuperação e validação do registo contabilístico das cauções iniciado em 2022, não foi recebida informação que permita concluir sobre a extensão e natureza desta rubrica, o que constitui uma limitação de âmbito ao nosso trabalho.

2.4 Até à presente data não foram recebidas as Atas das reuniões do Conselho de Administração dos SIMAS, realizadas após 17 outubro de 2023, pelo que não nos foi possível verificar se todas as decisões tomadas e assuntos relevantes se encontram vertidos nas demonstrações financeiras, inclusive, divulgações a título de acontecimentos subsequentes e aferições relativas à sustentabilidade das operações, o que constitui uma limitação de âmbito ao nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas**

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita efetiva de 138.886.517 euros e um total de despesa de 142.639.184 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto a matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sem afetar a opinião referida no parágrafo anterior e conforme referido no relatório de gestão, o Grupo não tem ainda devidamente implementada a Contabilidade de Gestão em conformidade com a Norma de Contabilidade Pública 27.

Miraflores, 17 de junho de 2024



**Vítor Manuel Mendes Santos**  
**(ROC nº 939, inscrito na CMVM sob o nº 20160556)**  
**em representação de DFK & Associados, SROC, Lda**

## ÍNDICE

1.	RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
2.1.	Balanço Consolidado de 2023 .....	13
2.2.	Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza de 2023 .....	14
2.3.	Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido de 2023 .....	15
2.4.	Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa de 2023 .....	16
2.5.	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	17
3.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	45

## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO



## 1. Relatório de Gestão

### 1.1. Introdução

O Município da Amadora, vem apresentar os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao período de 2023 de acordo com o previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Aquele preceituado estipula que, além da prestação de contas individuais, o Município encontra-se obrigado a apresentar as contas consolidadas com as entidades controladas de forma direta ou indireta, ou seja, com as entidades relativamente às quais detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais a fim de beneficiar das suas atividades.

Efetivamente, entende-se que a análise das contas individuais não possibilita uma visão global da situação financeira do Grupo Municipal, tendo-se tornado necessário efetuar uma análise de maior abrangência ao conjunto de atividades desenvolvidas nos Municípios, na qual se inclui, indubitavelmente, o setor empresarial local e os serviços municipalizados.

Assim, atendendo, por um lado, à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas pelo Grupo Municipal, e por outro à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas, tornou-se fundamental.

No caso concreto do Município da Amadora, atualmente detém uma participação financeira de 100% no capital da Amadora Inovation, E.M. – Unipessoal, Lda e o controlo conjunto dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e da Amadora (SIMAS).

A Amadora Inovation, E.M. – Unipessoal, Lda (Amadora Inovation), tem como principal objeto a exploração de atividades de interesse geral abrangidas nas atribuições do Município, de forma tendencialmente autossustentável, assegurando a universalidade e a continuidade dos serviços prestados, a satisfação de necessidades básicas e a proteção dos cidadãos.

No caso dos SIMAS, o Município detém o controlo conjunto dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora (SIMAS), em participações iguais entre o Município da Amadora e o Município de Oeiras, sendo dos SIMAS geridos por um Conselho de Administração presidido alternadamente pelos Presidentes dos Municípios, composto por um Presidente e dois vogais, ao qual compete dirigir os SIMAS com vista à prossecução das atribuições definidas no regulamento.

Refira-se que conforme legalmente previsto o Município da Amadora, relativamente ao período de 2023, adotou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e respetivo normativo complementar.

No âmbito do normativo atualmente em vigor, além da consolidação de contas no âmbito da contabilidade financeira, foram preparadas também demonstrações orçamentais consolidadas de acordo com a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.

## 1.2. Perímetro de consolidação da contabilidade financeira e orçamental

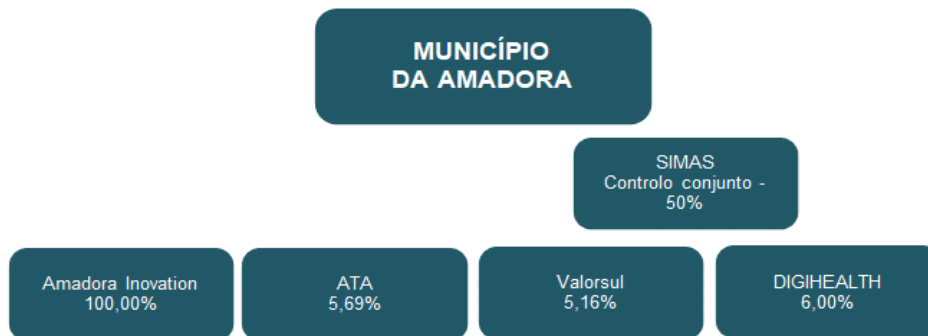
O Município da Amadora, em 31 de dezembro de 2023 detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Unidade: Euro

Entidades participadas	Sigla	Total do capital social subscrito e realizado	% detida
Amadora Inovation, EM Unipessoal, Lda	AI	25.000	100,00%
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora (a)	SIMAS	NA	50,00%
Águas do Tejo Atlântico, SA	ATA	6.458.431	5,69%
Digihealth, SA	DIGIHEALTH	5.000	6,00%
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	VALORSUL	1.465.066	5,16%

(a) Controlo conjunto dos Municípios de Oeiras e Amadora numa proporção de 50%

Em seguida apresenta-se o organograma das participações detidas pelo Município:



O Grupo Público Municipal é composto pelo Município (Entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação legalmente definido, sendo constituído pelas seguintes entidades:

- Amadora Inovation, E.M. Unipessoal, Lda
- SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora

Ao nível da consolidação financeira, nos termos da NCP 23 — Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, o método de consolidação aplicado à Amadora Inovation foi a consolidação integral, enquanto que nos Serviços Intermunicipalizados foi utilizado o método da equivalência patrimonial.

Ao nível da consolidação orçamental foi seguida a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, utilizando o método de consolidação simples nas entidades controladas a 100% e no caso dos Serviços Intermunicipalizados, como existe um controlo conjunto, o Município integrou o acordo conjunto nas suas demonstrações orçamentais consolidadas proporcionalmente à respetiva participação.

No que se refere às outras entidades, foram excluídas do perímetro de consolidação, na medida em que não são controladas pelo Município, conforme previsto no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e nas Normas de Contabilidade Pública aplicáveis neste âmbito.

### 1.3. Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação

Em seguida apresenta-se a caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com o legalmente previsto.

- **Amadora Inovation, E.M. Unipessoal, Lda**

A Amadora Inovation, E.M. Unipessoal, Lda (Amadora Inovation) foi constituída em 28 de dezembro de 1999, sob a firma “Escola das Profissões da Amadora, E.M.”.

No âmbito da sua estratégia de crescimento, em 20 de julho de 2001, procedeu ao aumento do Capital Social de 5.000,00 Euros para 25.000,00 Euros, e à alteração da denominação social para “Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, E.M.”.

Até 2015, o Município da Amadora era detentor de 65% do capital social daquela participada, tendo adquirido em 2015 os restantes 35% das participações sociais detidas pela Cooptécnica Gustave Eiffel, CLR e pela Associação Empresarial para a Região de Lisboa do capital na sequência da Sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2015 (Proposta n.º 80/2015) e escriturada em 22 de dezembro de 2015.

Em 26 de julho de 2016, no âmbito da reestruturação que foi levada a efeito, procedeu-se à alteração da denominação social para “Amadora Inovation, E.M. – Unipessoal, Lda” e ao seu objeto social que passou a ser o seguinte:

*“1 – A exploração de atividades de interesse geral abrangidas nas atribuições do município da Amadora, de forma tendencialmente autossustentável, assegurando, sem discriminação dos utentes e da área territorial intervencionada, a universalidade e a continuidade dos serviços prestados, a satisfação de necessidades básicas e a proteção dos cidadãos, bem como, em geral, a coesão económica e social local.*

*2 – As áreas da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, empreendedorismo, incubação de empresas, realização de estudos, intercâmbio internacional e desenvolvimento de projetos.”*

As áreas do empreendedorismo, incubação de empresas, realização de estudos, intercâmbio internacional e desenvolvimento de projetos constituem atualmente a atividade principal da Empresa (código C.A.E. – 82990).

- **SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora**

Os Serviços Intermunicipalizados anteriormente designados por Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora (SMAS) foram criados em junho de 1927, tendo sido aprovado o primeiro regulamento para o abastecimento de água em dezembro de 1938.

Os SIMAS (Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora) foram criados em julho de 2013 por força da entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e têm por missão garantir o abastecimento de água e a prestação de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, cumprindo elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade.

## 1.4. Análise patrimonial

### ▪ Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado, exibido em seguida, apresenta a estrutura económico-financeira do Grupo Municipal da Amadora na data de encerramento do exercício de 2023, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo Autárquico, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Património Líquido do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	257.840.623,72	245.046.114,86
Propriedades de investimento	8	3.709.638,72	3.747.248,64
Ativos intangíveis	3	224.746,27	178.301,74
Participações financeiras	9 / 18	114.695.222,29	114.246.329,46
Clientes, contribuintes e utentes	9 / 18	326.681,53	-
		<b>376.796.912,53</b>	<b>363.217.994,70</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9 / 10	432.013,38	424.959,11
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	71.502,45	126.730,51
Clientes, contribuintes e utentes	9 / 18	903.746,30	796.142,85
Estado e outros entes públicos		285,41	1.964,39
Outras contas a receber	18	24.574.073,21	23.785.827,83
Diferimentos	23	647.889,78	389.299,96
Caixa e depósitos	1 / 18	99.223.617,06	103.185.680,17
		<b>125.853.127,59</b>	<b>128.710.604,82</b>
		<b>Total Ativo</b>	<b>502.650.040,12</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Património Líquido</b>			
Património		111.912.999,96	111.912.999,96
Reservas		190.290.953,47	190.290.953,47
Resultados transitados		(36.737.730,03)	(45.132.446,26)
Ajustamentos em ativos financeiros		109.741.847,14	109.302.075,80
Outras variações no património líquido		87.215.250,09	86.326.086,92
Resultado líquido do período		6.217.766,42	8.545.005,19
		<b>Total Património Líquido</b>	<b>468.641.087,05</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	990.614,03	1.095.153,43
Financiamentos obtidos	7 / 18	2.998.169,48	4.826.884,39
Diferimentos	4 / 23	9.325.583,83	9.125.826,45
		<b>13.314.367,34</b>	<b>15.047.864,27</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18	2.468.672,12	2.402.469,53
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		324,95	620,15
Estado e outros entes públicos		491.509,16	406.263,37
Financiamentos obtidos	7 / 18	1.848.406,02	1.874.485,54
Fornecedores de investimentos	18	2.798.784,19	2.267.309,48
Outras contas a pagar	18	8.569.312,32	7.794.493,05
Diferimentos	23	4.517.576,97	890.419,05
		<b>20.694.585,73</b>	<b>15.636.060,17</b>
		<b>Total Passivo</b>	<b>34.008.953,07</b>
		<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>491.928.599,52</b>

O Balanço Consolidado, com referência a 31 de dezembro de 2023, apresenta um valor de 502.650.040,12 Euros, enquanto em 31 de dezembro de 2022 ascendia a 491.928.599,52 Euros, o que representa um acréscimo de 10.721.440,60 Euros correspondente a um aumento de 2,18% face ao exercício de 2022.

O Ativo Fixo Tangível do Grupo Municipal em 2023 ascende a 257.840.623,72 Euros, tendo-se verificado um aumento significativo face a 2022, período em que apresentava o montante de 245.046.114,86 Euros. Este aumento está relacionado, essencialmente, com a aquisição da Quinta do Assentista, no valor global de 4.317.720,00 Euros.

Apesar do referido, a variação no total do Ativo Consolidado pode ser explicada, ainda, pela variação, no sentido contrário, na rubrica Caixa e depósitos onde se verificou uma diminuição de 3.962.063,11 Euros (3,84%) face a 2022.

A rubrica Património Líquido teve um aumento relevante no montante de 7.396.411,97 Euros explicada, essencialmente, pela variação na rubrica Resultados Transitados no montante de 8.394.716,23 Euros que se deveu maioritariamente à aplicação do Resultado Líquido do Período de 2022 do Grupo Autárquico.

O total do Passivo do Grupo Municipal ascende ao montante de 34.008.953,07 Euros (30.683.924,44 Euros em 2022), representando cerca de 6,77% do total do Balanço Consolidado. O aumento verificado, no montante de 3.325.028,63 Euros (10,84%), é explicado, essencialmente, pelo aumento das rubricas Diferimentos, Outras contas a pagar e Fornecedores de investimentos, verificando-se também, em sentido inverso, uma diminuição das rubricas Financiamentos Obtidos e Provisões.

#### ▪ **Análise da Demonstração dos Resultados Consolidados**

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do Grupo Municipal em gerar fluxos de caixa. Em seguida apresenta-se a Demonstração dos Resultados Consolidados do Grupo Municipal da Amadora relativos a 31 de dezembro de 2023:

## Município da Amadora

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	42.380.421,15	49.038.974,61
Prestações de serviços e concessões	13.198.980,53	11.101.742,33
Transferências e subsídios correntes obtidos	44.759.867,57	41.307.275,15
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	40.518,49	(761.798,34)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1.532.642,22)	(1.215.957,12)
Fornecimentos e serviços externos	(27.458.414,88)	(26.932.628,01)
Gastos com pessoal	(38.291.257,04)	(35.634.937,62)
Transferências e subsídios concedidos	(18.544.627,31)	(16.933.643,02)
Prestações sociais	(1.252.256,00)	(2.856.500,00)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	1.794,21	(2.087,30)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(38.199,08)	(1.723.655,56)
Provisões (aumentos/reduções)	104.539,40	466.475,15
Outros rendimentos	2.662.438,31	2.823.541,34
Outros gastos	(1.295.914,06)	(1.124.151,37)
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>14.735.249,07</b>	<b>17.552.650,24</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(10.120.636,90)	(9.569.708,97)
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>	<b>4.614.612,17</b>	<b>7.982.941,27</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	1.702.362,13	596.412,86
Juros e gastos similares suportados	(98.863,24)	(33.762,28)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>6.218.111,06</b>	<b>8.545.591,85</b>
Imposto sobre o rendimento	(344,64)	(586,66)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>6.217.766,42</b>	<b>8.545.005,19</b>

No que diz respeito aos Rendimentos Operacionais do Grupo Municipal em 2023 ascenderam a 103.148.559,66 Euros, enquanto no ano anterior se situaram em 104.738.008,58 Euros, ou seja, verificou-se um decréscimo de 1,52% face ao ano de 2022.

Analisando a estrutura de Rendimentos do Grupo Municipal, podemos desde logo salientar o peso das rubricas Impostos, contribuições e taxas e Transferências e subsídios correntes obtidos, que são responsáveis, por 41,09% e 43,39%, respetivamente, do total dos Rendimentos Operacionais do Grupo Municipal.

Na rubrica Impostos, contribuições e taxas, no montante total de 42.380.421,15 Euros (49.038.974,61 Euros em 2022) estão incluídos os valores arrecadados pelo Município relativos a Impostos Diretos e Indiretos, nomeadamente Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis e Imposto Único de Circulação. A diminuição de 6.658.553,46 Euros resulta essencialmente da diminuição da cobrança do IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (7.544.838,48 Euros) bem como do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis (103.901,27 Euros). Em sentido inverso, verificou-se um aumento da Derrama (1.112.471,02 Euros), assim como um aumento do IUC- Imposto Único de Circulação (354.555,90 Euros).

Na rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos, no montante de 44.759.867,57 Euros (41.307.275,15 Euros, em 2022), estão registados os valores transferidos pelo Estado para o Município, nomeadamente relativos ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, ao Fundo Social Municipal e à Participação no IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), bem como os valores transferidos pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) no âmbito FFD - Fundo de Financiamento de Descentralização. Esta rubrica apresenta uma variação positiva no valor de 3.452.592,42 Euros face ao ano transato, onde se destacam, essencialmente, os montantes da descentralização, correspondente às áreas da Educação, Ação Social e Saúde, bem como, os montantes recebidos de subsídios decorrentes do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência.

## Município da Amadora

Ao nível dos Resultados Financeiros, que se cifraram em 1.603.498,89 Euros (562.650,58 Euros em 2022), tiveram um aumento face ao ano anterior justificado essencialmente pelo aumento dos juros recebidos de depósitos.

Analisando a estrutura dos Gastos e Perdas do Grupo Municipal, podemos desde logo constatar que são os Gastos com o Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) os que mais contribuem para o total dos Custos e Perdas Operacionais. Sendo o peso dos FSE de 31,06% do total dos Gastos Operacionais, enquanto os Gastos com o Pessoal representam 43,31% dos mesmos.

O total dos Gastos Operacionais do Grupo Municipal em 2023 ascendeu a 88.413.310,59 Euros, verificando-se um ligeiro aumento face a 2022, ano em que atingiram o valor de 87.185.358,34 Euros.

O aumento referido está relacionado com aumentos das rubricas Gastos com pessoal e Transferências e subsídios concedidos cujos aumentos ascenderam a 2.656.319,42 Euros e 1.610.984,29 Euros, respetivamente. No que respeita aos Gastos com pessoal, cujo saldo ascende a 38.291.257,04 Euros (sendo em 2022 de 35.634.937,62 Euros), o aumento resulta essencialmente do aumento da RMMG – Remuneração Mínima Mensal Garantida e da revisão e atualização de valores do mapa de Pessoal. No que respeita às Transferências e subsídios concedidos, cujo saldo ascende a 18.544.627,31 Euros (sendo 16.933.643,02 Euros em 2022), o aumento resulta principalmente da atualização de valores das transferências no âmbito dos protocolos celebrados com Associações, como os Bombeiros Voluntários da Amadora, Cruz Vermelha Portuguesa, entre outros, uma vez que esses protocolos sofreram atualizações de valor.

No que respeita ao Resultado Líquido Consolidado, foi apurado um valor de 6.217.766,42 Euros (8.545.005,19 Euros em 2022) o que corresponde a uma diminuição na ordem dos 2.327.238,77 Euros.

### ▪ Indicadores de gestão

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No quadro abaixo são apresentados os principais indicadores do Grupo Autárquico que nos permitem ter uma perspetiva da tendência evolutiva das diversas componentes patrimoniais.

Principais Indicadores de Análise Financeira	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Cálculo
Endividamento	6,77%	6,24%	Passivo / Ativo Líquido
Solvabilidade	1377,99%	1503,21%	Património Líquido /Passivo
Autonomia financeira	93,23%	93,76%	Património Líquido /Ativo Líquido
Liquidez geral	608,15%	823,17%	Ativo Corrente / Passivo Corrente
Liquidez reduzida	606,06%	820,45%	Ativo Corrente - Inventários / Passivo Corrente
Liquidez imediata	479,47%	659,92%	Disponibilidades /Passivo Corrente

Pela análise global dos rácios das contas consolidadas, podemos concluir que o Grupo Autárquico apresenta uma estrutura financeira equilibrada.

No que se refere à capacidade de endividamento, podemos concluir que o total do Passivo representa apenas 6,77% do total do Ativo. A capacidade de endividamento do Grupo Autárquico, apresenta uma tendência claramente favorável e que está associada à diminuição da componente Financiamentos obtidos, cujo saldo credor no final do ano era inferior ao saldo inicial em 1.854.794,43 Euros.

  
**Município da Amadora**  


---

Também o rácio de autonomia financeira que mede a solvabilidade do Grupo Autárquico através da determinação da proporção dos Ativos que são financiados através de Fundos Próprios demonstra um nível bastante elevado.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2023, as Disponibilidades, em termos de Grupo Autárquico, eram superiores ao valor do Passivo de Curto Prazo, ou seja, as Disponibilidades permitem pagar a totalidade do Passivo de Curto Prazo, não se antevendo dificuldades de tesouraria no curto prazo.

É importante referir que estes indicadores traduzem com rigor a situação financeira real do Grupo Autárquico, no que concerne nomeadamente às dívidas de curto e médio prazo que são reconhecidas contabilisticamente no momento da entrada das faturas, o que reforça a relevância das leituras destes indicadores.



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 2.1. Balanço Consolidado de 2023

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	257.840.623,72	245.046.114,86
Propriedades de investimento	8	3.709.638,72	3.747.248,64
Ativos intangíveis	3	224.746,27	178.301,74
Participações financeiras	9 / 18	114.695.222,29	114.246.329,46
Clientes, contribuintes e utentes	9 / 18	326.681,53	-
		<b>376.796.912,53</b>	<b>363.217.994,70</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9 / 10	432.013,38	424.959,11
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	71.502,45	126.730,51
Clientes, contribuintes e utentes	9 / 18	903.746,30	796.142,85
Estado e outros entes públicos		285,41	1.964,39
Outras contas a receber	18	24.574.073,21	23.785.827,83
Diferimentos	23	647.889,78	389.299,96
Caixa e depósitos	1 / 18	99.223.617,06	103.185.680,17
		<b>125.853.127,59</b>	<b>128.710.604,82</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>502.650.040,12</b>	<b>491.928.599,52</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Património Líquido</b>			
Património		111.912.999,96	111.912.999,96
Reservas		190.290.953,47	190.290.953,47
Resultados transitados		(36.737.730,03)	(45.132.446,26)
Ajustamentos em ativos financeiros		109.741.847,14	109.302.075,80
Outras variações no património líquido		87.215.250,09	86.326.086,92
Resultado líquido do período		6.217.766,42	8.545.005,19
<b>Total Património Líquido</b>		<b>468.641.087,05</b>	<b>461.244.675,08</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	990.614,03	1.095.153,43
Financiamentos obtidos	7 / 18	2.998.169,48	4.826.884,39
Diferimentos	4 / 23	9.325.583,83	9.125.826,45
		<b>13.314.367,34</b>	<b>15.047.864,27</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18	2.468.672,12	2.402.469,53
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		324,95	620,15
Estado e outros entes públicos		491.509,16	406.263,37
Financiamentos obtidos	7 / 18	1.848.406,02	1.874.485,54
Fornecedores de investimentos	18	2.798.784,19	2.267.309,48
Outras contas a pagar	18	8.569.312,32	7.794.493,05
Diferimentos	23	4.517.576,97	890.419,05
		<b>20.694.585,73</b>	<b>15.636.060,17</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>34.008.953,07</b>	<b>30.683.924,44</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>502.650.040,12</b>	<b>491.928.599,52</b>

## 2.2.Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza de 2023

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	14	42.380.421,15	49.038.974,61
Prestações de serviços e concessões	13	13.198.980,53	11.101.742,33
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	44.759.867,57	41.307.275,15
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas,	18	40.518,49	(761.798,34)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(1.532.642,22)	(1.215.957,12)
Fornecimentos e serviços externos	23	(27.458.414,88)	(26.932.628,01)
Gastos com pessoal	23	(38.291.257,04)	(35.634.937,62)
Transferências e subsídios concedidos	23	(18.544.627,31)	(16.933.643,02)
Prestações sociais	23	(1.252.256,00)	(2.856.500,00)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9	1.794,21	(2.087,30)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(38.199,08)	(1.723.655,56)
Provisões (aumentos/reduções)	15	104.539,40	466.475,15
Outros rendimentos	13 / 14	2.662.438,31	2.823.541,34
Outros gastos	23	(1.295.914,06)	(1.124.151,37)
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>14.735.249,07</b>	<b>17.552.650,24</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	(10.120.636,90)	(9.569.708,97)
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>		<b>4.614.612,17</b>	<b>7.982.941,27</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13	1.702.362,13	596.412,86
Juros e gastos similares suportados	23	(98.863,24)	(33.762,28)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>6.218.111,06</b>	<b>8.545.591,85</b>
Imposto sobre o rendimento		(344,64)	(586,66)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>6.217.766,42</b>	<b>8.545.005,19</b>

## 2.3.Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido de 2023

Designação	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla							Total do património líquido
	Património	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	111.912.999,96	190.290.953,47	(45.132.446,26)	109.302.075,80	86.326.086,92	8.545.005,19	461.244.675,08	461.244.675,08
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	802.298,17	-	802.298,17	802.298,17
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	802.298,17	-	802.298,17	802.298,17
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						6.217.766,42	6.217.766,42	6.217.766,42
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						6.217.766,42	7.020.064,59	7.020.064,59
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>								
Outras operações	-	-	8.394.716,23	439.771,34	86.865,00	(8.545.005,19)	376.347,38	376.347,38
	-	-	8.394.716,23	439.771,34	86.865,00	(8.545.005,19)	376.347,38	376.347,38
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	111.912.999,96	190.290.953,47	(36.737.730,03)	109.741.847,14	87.215.250,09	6.217.766,42	468.641.087,05	468.641.087,05

## 2.4.Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa de 2023

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		13.736.201,99	10.202.330,36
Recebimentos de contribuintes		41.363.127,43	48.300.149,07
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		44.119.559,15	40.865.810,17
Recebimentos de utentes		823.954,96	823.389,17
Pagamentos a fornecedores		(29.151.838,24)	(26.437.363,55)
Pagamentos ao pessoal		(38.017.539,94)	(35.128.053,70)
Pagamentos de transferências e subsídios		(18.746.553,97)	(16.952.227,08)
Pagamentos de prestações sociais		(1.252.256,00)	(2.856.500,00)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>12.874.655,38</b>	<b>18.817.534,44</b>
Outros recebimentos/pagamentos		1.152.662,51	386.071,86
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>14.027.317,89</b>	<b>19.203.606,30</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		(22.497.811,06)	(11.345.353,96)
Pagamentos - Ativos intangíveis		(60.252,76)	(29.397,26)
Pagamentos - Investimentos financeiros		(40.959,00)	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		554.425,00	(11.345.353,96)
Recebimentos - Transferências de capital		5.540.668,85	2.437.615,85
Recebimentos - Dividendos		337.976,60	265.280,62
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>(16.165.952,37)</b>	<b>(20.017.208,71)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outras operações de financiamento		118.173,00	141.592,25
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		(1.854.794,43)	(1.914.098,55)
Pagamentos - Juros e gastos similares		(96.382,20)	(33.320,53)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>(1.833.003,63)</b>	<b>(1.805.826,83)</b>
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		(3.971.638,11)	8.725.924,72
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		103.185.680,17	94.459.755,45
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		99.223.617,06	103.185.680,17
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>103.185.680,17</b>	<b>94.459.755,45</b>
Saldo da gerência anterior (SGA)		103.185.680,17	94.459.755,45
SGA De execução orçamental		100.118.470,85	91.683.771,19
SGA De operações de tesouraria		3.067.209,32	2.775.984,26
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>		<b>99.223.617,06</b>	<b>103.185.680,17</b>
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		99.223.617,06	103.185.680,17
SGS De execução orçamental		95.111.777,37	100.118.470,85
SGS De operações de tesouraria		4.111.839,69	3.067.209,32

## 2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Autárquico, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas de acordo com o previsto no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), bem como com as Normas de Contabilidade Pública (NCP), nomeadamente a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e a NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e legislação complementar.

As notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, apresentadas no presente capítulo, têm por objetivo apresentar informações relevantes e mais detalhadas para uma melhor compreensão das mesmas, respeitando a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Autárquico.

Assim sendo, relativamente ao período de 2023, nas demonstrações financeiras agora apresentadas foi adotado o método de consolidação integral na consolidação de contas com a Amadora Inovation atendendo a que o Município detém o controlo de 100% daquela participada. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, foram eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação.

No que respeita aos SIMAS, e considerando o normativo atualmente em vigor, o método adotado na consolidação ao nível da contabilidade financeira foi o método de equivalência patrimonial conforme previsto nas Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas publicadas na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Importa ainda referir que todos os valores se encontram expressos em Euros.

### Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Grupo Municipal.

No Anexo 1 apresenta-se a informação detalhada da entidade consolidante, sendo que as demonstrações financeiras consolidadas podem ser obtidas na sede do Município da Amadora. Na consolidação foram incluídas as seguintes entidades:

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Detenção da totalidade do capital	N.º de trabalhadores	
					2023	2022
Amadora Inovation	504 746 383	Rua Henrique Paiva Couceiro, n.º 10, Zona Industrial da Venda Nova, Amadora	A exploração de atividades de interesse geral abrangidas nas atribuições do município da Amadora, de forma tendencialmente autossustentável, assegurando a universalidade e a continuidade dos serviços prestados, a satisfação de necessidades básicas e a proteção dos cidadãos	100,00%	30	30
SIMAS	680 015 019	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19. Urb. Moinho das Antas, Oeiras	Abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora	50,00% a)	395	402

(a) Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e da Amadora com controlo conjunto numa proporção de 50%

O quadro seguinte apresenta a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

Conta	Euros
Caixa	17.035,33
Depósitos à ordem	
Depósitos bancários à ordem	41.994.964,05
Depósitos a prazo	57.211.617,68
<b>Total</b>	<b>99.223.617,06</b>

Refira-se que os valores indicados incluem depósitos, no montante de 3.278.945,88 Euros, referentes a retenções efetuadas para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais por parte dos fornecedores de bens e serviços que não se encontram disponíveis para uso e serão devolvidos aos respetivos fornecedores quando for atingido o prazo limite da garantia.

## **Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

### Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo Autárquico, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

### Ativos fixos tangíveis e Propriedades de investimento

Os Ativos fixos tangíveis são bens com substância física que: (a) São detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins administrativos; e (b) Se espera que sejam usados durante mais de um período de relato (geralmente 1 ano).

Uma Propriedade de investimento é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital.

Os Ativos fixos tangíveis e as Propriedades de investimento são mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do Ativo fixo tangível e das Propriedades de investimento é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) for provável que fluirão para o Grupo Autárquico benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade. Quando um Ativo fixo tangível ou uma Propriedades de Investimento é adquirida através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

## Município da Amadora

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis, Intangíveis e Propriedades de investimento (capítulo 7 do Anexo III Plano de Contas Multidimensional que consta do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro), desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	4 a 8
Infraestruturas	10 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Os bens adquiridos a título gratuito foram considerados pelo valor patrimonial definido nos termos legais ou pelo valor resultante da avaliação, segundo critérios técnicos que se adequam à natureza desses bens. Nos casos em que não foi possível identificar um critério adequado, o Ativo assume o valor zero. As parcelas de terreno que foram transferidas no âmbito de Alvarás de Loteamento, os quais não identificam os respetivos valores fundiários, apenas foram inventariadas. Refira-se, finalmente, que qualquer um destes bens poderá ser objeto de valorização no âmbito de processos de avaliação da responsabilidade de Comissões de Avaliação constituídas pontualmente para o efeito.

Os ativos cedidos no âmbito das operações de loteamento foram, até 2014, reconhecidos na rubrica doações, como contrapartida do reconhecimento do ativo.

### Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se também reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente a, licenças de software, programas de computador e Direitos de Autor adquiridos.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.



A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis, Intangíveis e Propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato, de forma consistente, é o método da linha reta.

#### Participações financeiras

As entidades controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral que consiste em:

- a) Agregar os itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas.
- b) Compensar (eliminar) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas.
- c) Eliminar na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em Inventários ou Ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade).

Nas situações em que é exercido controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada, o investimento na associada ou empreendimento conjunto é reconhecido através do método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora.

As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados.

As participações financeiras das entidades sobre as quais não é exercida influência significativa ou controlo, e por sua vez fora do perímetro de consolidação, encontram-se mensuradas de acordo com os critérios definidos nas NCP e legislação complementar do SNC-AP.

### Contas a receber e a pagar

As contas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes e Outras contas a receber, assim como as contas a pagar a Fornecedores, Financiamentos Obtidos e Outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. Não se perspetiva que existam impactos relevantes entre o valor nominal e custo amortizado.

A Imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Autárquico não receberá os montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

### Inventários

Os Inventários encontram-se mensurados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda ou consumo dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de Inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade de Inventários e Ativos biológicos" e "Reversões de perdas por imparidade de Inventários e Ativos biológicos".

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. O método de custeio adotado pelo Grupo Autárquico é o Custo Médio Ponderado.

O sistema de inventário adotado é o permanente, tendo sido as quantidades existentes no final do período de relato determinadas a partir dos registos contabilísticos, confirmados por contagem física.

O reconhecimento das perdas por imparidade dos inventários tem por base os seguintes critérios utilizados de forma consistente ao longo dos períodos económicos, sendo constituídas imparidades correspondentes a 50% do seu custo de aquisição para os bens sem consumo durante dois anos e a 100% para os bens sem consumo durante quatro anos. Caso os bens para os quais tenham sido constituídas as imparidades venham a ser consumidos procede-se ao reconhecimento da reversão da perda por imparidade de acordo com os critérios definidos internamente.

### Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

## Município da Amadora

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. Os ativos contingentes não se encontram refletidos no Balanço consolidado, procedendo-se apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Regime do acréscimo

O Grupo Autárquico reconhece os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

Rendimentos

O Grupo Autárquico aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O Rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Grupo Autárquico benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

As transferências ou subsídios com condições, são reconhecidas inicialmente na rubrica 282 – Rendimentos a reconhecer, sendo o valor transferido para a conta 593 no momento em que se cumprem as condições previamente estabelecidas.

As Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis são reconhecidas nos Fundos Próprios no momento do recebimento do subsídio quando forem cumpridas as condições estabelecidas nos contratos com as entidades financiadoras, sendo o rendimento reconhecido numa base sistemática em contrapartida da conta 7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

**Nota 3 – Ativos Intangíveis**

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do período			Final do Período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computador e sistemas de informação	3.292.718,42	(3.185.934,68)	106.783,74	3.391.361,55	(3.273.733,28)	117.628,27
Propriedade industrial e intelectual	71.518,00	-	71.518,00	73.818,00	-	73.818,00
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	33.300,00	-	33.300,00
<b>Total</b>	<b>3.364.236,42</b>	<b>(3.185.934,68)</b>	<b>178.301,74</b>	<b>3.498.479,55</b>	<b>(3.273.733,28)</b>	<b>224.746,27</b>

## Município da Amadora

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas amortizações do período foram os seguintes:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	Diminuições	
Programas de computador e sistemas de informação	106.783,74	98.643,13	(87.798,60)	-	117.628,27
Propriedade industrial e intelectual	71.518,00	2.300,00	-	-	73.818,00
Ativos intangíveis em curso	-	33.300,00	-	-	33.300,00
<b>Total</b>	<b>178.301,74</b>	<b>134.243,13</b>	<b>(87.798,60)</b>	<b>-</b>	<b>224.746,27</b>

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

RUBRICAS	Adições		
	Compra	Outras	Total
Programas de computador e sistemas de informação	98.643,13	-	98.643,13
Propriedade industrial e intelectual	2.300,00	-	2.300,00
Ativos intangíveis em curso	33.300,00	-	33.300,00
<b>Total</b>	<b>134.243,13</b>	<b>-</b>	<b>134.243,13</b>

As adições evidenciadas na coluna “Compra”, num valor de 100.943,13 Euros, respeitam essencialmente a licenças de utilização de softwares.

#### Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com os elementos mais relevantes:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	20 anos	-	-	-	-
Concessão da exploração das Zonas de Parâmetros	Empark Portugal - Empreendimentos e Exploração de Parques, S.A.	-	20 anos	-	-	-	-
<b>Total</b>					<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

No que respeita à NCP 4 - Acordos de concessão de serviços - Concedente, cumpre referir que foi celebrado um protocolo de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho da Amadora com a empresa EDP Distribuição – Energia, S.A., (atualmente E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A) pelo período de 20 anos, que atualmente se encontra em vigor.

Com este protocolo, o Município da Amadora concedeu à EDP Distribuição – Energia, S.A. (EDP) o direito de estabelecer e explorar o serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do concelho da Amadora. Esta concessão implicou a transferência para a EDP dos direitos e poderes da autarquia necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir, tendo a mesma sido renovada.

No âmbito do protocolo celebrado, fazem parte da concessão à EDP as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, os ramais, chegadas e instalações de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados a essa exploração, os postos de transformação que alimentam as redes de distribuição e que à data da concessão

## Município da Amadora

eram explorados pela autarquia, e ainda as redes de distribuição e os respetivos postos de transformação que a EDP construiu e que vier a construir.

Considerando o teor dos termos do protocolo e do contrato de renovação celebrado, a EDP tem a competência para a gestão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho da Amadora, no entanto os bens e as infraestruturas são propriedade da autarquia, devendo ser objeto de contabilização nos seus Ativos Fixos Tangíveis.

Os ativos da concessão associados ao referido contrato foram reconhecidos, pela primeira vez em 2022, através do reconhecimento do valor bruto de aquisição líquido dos subsídios, bem como das respetivas depreciações acumuladas igualmente líquidas dos subsídios. Este reconhecimento implicou um incremento na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis relativos aos ativos da concessão, por contrapartida de um passivo de igual valor registado na rubrica "282 – Diferimentos", no montante de 9.125.826,45 Euros. Tendo por base os elementos disponibilizados pela concessionária (não auditados), com referência a 31 de dezembro de 2023, o valor bruto de aquisição líquido dos subsídios, bem como das depreciações acumuladas igualmente líquidas dos subsídios, foram atualizados através do ajustamento na rubrica "282 – Diferimentos", conforme a seguir se discrimina:

Contrato E-REDES	31/12/2023	31/12/2022
Ativos fixos tangíveis		
Valor de aquisição	62.862.051,85	64.002.658,73
Subsídios ao investimento	(21.885.192,69)	(22.202.126,10)
<b>Infraestrutura de concessão - E-REDES</b>	<b>40.976.859,16</b>	<b>41.800.532,63</b>
Depreciações acumuladas		
Valor de aquisição	(49.756.947,75)	(50.540.196,90)
Subsídios ao investimento	18.105.672,42	17.865.490,72
<b>Infraestrutura de concessão - E-REDES</b>	<b>(31.651.275,33)</b>	<b>(32.674.706,18)</b>
<b>Valor líquido do contrato</b>	<b>9.325.583,83</b>	<b>9.125.826,45</b>

Refira-se, que, não foram reconhecidas as depreciações do exercício pelo facto de não constarem da informação comunicada pela E-REDES, contudo admite-se que nos próximos exercícios se possam registar as devidas depreciações do exercício por forma a criar um espelho das informações entre o Município e a E-REDES.

Refira-se que os contratos de concessão preveem o recebimento pelo Município de rendas de exploração, reconhecidas em réditto em cumprimento do regime do acréscimo. As referidas rendas tiveram um valor de 2.169.339,52 Euros em 2021, um valor de 2.198.869,32 Euros em 2022 e um valor de 2.378.774,20 Euros em 2023. Em 2024 ascenderão a 2.494.211,50 Euros.

Importa ainda referir que, de acordo com informações da E-REDES, o valor de resgate ou de indemnização ascende a 8.116.012 Euros em 2023 (7.674.300 Euros em 2022).

Relativamente ao contrato de concessão relativo ao parque de estacionamento subterrâneo, os ativos são geridos pela Empark Portugal - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A. Atendendo à existência de um contencioso e do término do contrato em 2024, entende-se não reconhecer esta Concessão cujo efeito não se considera relevante nas Demonstrações Financeiras.

**Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis**

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do período			Final do Período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais	2.899.569,89	-	2.899.569,89	2.899.569,89	-	2.899.569,89
Infraestruturas	120.779.946,74	(102.818.246,09)	17.961.700,65	126.382.512,17	(105.609.095,50)	20.773.416,67
Património histórico, artístico e cultural	1.251.792,40	-	1.251.792,40	1.320.774,95	-	1.320.774,95
<b>Subtotal</b>	<b>124.931.309,03</b>	<b>(102.818.246,09)</b>	<b>22.113.062,94</b>	<b>130.602.857,01</b>	<b>(105.609.095,50)</b>	<b>24.993.761,51</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Infraestruturas	41.800.532,63	(32.674.706,18)	9.125.826,45	40.976.859,16	(31.651.275,33)	9.325.583,83
<b>Subtotal</b>	<b>41.800.532,63</b>	<b>(32.674.706,18)</b>	<b>9.125.826,45</b>	<b>40.976.859,16</b>	<b>(31.651.275,33)</b>	<b>9.325.583,83</b>
<b>Outros ativos fixos</b>						
Terrenos e recursos naturais	54.025.432,86	-	54.025.432,86	58.110.932,86	-	58.110.932,86
Edifícios e outras construções	258.908.998,18	(106.648.025,97)	152.260.972,21	264.465.738,83	(112.376.762,90)	152.088.975,93
Equipamento básico	17.828.569,70	(16.197.141,15)	1.631.428,55	18.003.317,74	(16.494.261,73)	1.509.056,01
Equipamento de transporte	10.249.285,83	(9.054.880,98)	1.194.404,85	10.116.305,02	(9.277.158,71)	839.146,31
Equipamento administrativo	10.138.889,68	(9.684.184,78)	454.704,90	10.289.477,24	(9.768.995,15)	520.482,09
Outros	5.392.650,37	(4.199.043,17)	1.193.607,20	6.899.998,47	(4.357.858,22)	2.542.140,25
Ativos fixos tangíveis em curso	3.046.674,90	-	3.046.674,90	7.910.544,93	-	7.910.544,93
<b>Subtotal</b>	<b>359.590.501,52</b>	<b>(145.783.276,05)</b>	<b>213.807.225,47</b>	<b>375.796.315,09</b>	<b>(152.275.036,71)</b>	<b>223.521.278,38</b>
<b>Total</b>	<b>526.322.343,18</b>	<b>(281.276.228,32)</b>	<b>245.046.114,86</b>	<b>547.376.031,26</b>	<b>(289.535.407,54)</b>	<b>257.840.623,72</b>

Bens de domínio público

Os bens de Domínio Público com valores patrimoniais integram o Ativo do Grupo Autárquico, sendo que, de acordo com o normativo contabilístico vigente estão incluídos na rubrica Ativos fixos tangíveis apresentados no Balanço consolidado.

Porém, existem bens de Domínio Público que não se encontram refletidos no Ativo. Efetivamente, por força da Lei n.º 45/79, de 11 de setembro, subjacente à criação do Município da Amadora, cuja redação do artigo 8.º concede ao Município a “titularidade de todos os direitos e obrigações de autarquias locais que digam respeito ou produzam efeitos no seu território”, o património dos Municípios de Oeiras e Sintra, integrado na área geográfica da Amadora, passou para a posse do Município da Amadora.

As parcelas de terreno que se destinam a arruamentos, passeios, estacionamento, ajardinamentos e equipamentos integrantes do Domínio Público cedidas aos Municípios de Oeiras e Sintra por via de contratos de urbanização e alvarás de loteamento, apenas estão parcialmente reconhecidas no ativo do Grupo Autárquico. Estas parcelas vão sendo identificadas e incluídas no património de forma gradual, sendo este um trabalho de aperfeiçoamento muito moroso e exigente que implica uma estreita colaboração entre entidades, o que é particularmente difícil quando se reporta a processos urbanísticos das primeiras décadas de forte crescimento demográfico e urbano e em que o registo de informação não assumia um carácter sistemático e centralizado, não sendo à data possível estimar o acréscimo às demonstrações financeiras que resultaria do seu reconhecimento, relevando-se o impacto sempre positivo nas contas do Grupo Autárquico.

Os movimentos ocorridos na rubrica Ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações do período foram os seguintes:

## Município da Amadora

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais	2.899.569,89	-	-	-	-	2.899.569,89
Infraestruturas	17.961.700,65	-	5.602.565,43	(2.790.849,41)	-	20.773.416,67
Património histórico, artístico e cultural	1.251.792,40	72.982,55	-	-	(4.000,00)	1.320.774,95
<b>Subtotal</b>	<b>22.113.062,94</b>	<b>72.982,55</b>	<b>5.602.565,43</b>	<b>(2.790.849,41)</b>	<b>(4.000,00)</b>	<b>24.993.761,51</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Infraestruturas	9.125.826,45	199.757,38	-	-	-	9.325.583,83
<b>Subtotal</b>	<b>9.125.826</b>	<b>199.757</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.325.584</b>
<b>Outros ativos fixos</b>						
Terrenos e recursos naturais	54.025.432,86	4.085.500,00	-	-	-	58.110.932,86
Edifícios e outras construções	152.260.972,21	276.730,00	5.763.706,87	(6.011.523,69)	(200.909,46)	152.088.975,93
Equipamento básico	1.631.428,55	245.734,63	-	(368.107,17)	-	1.509.056,01
Equipamento de transporte	1.194.404,85	541,20	-	(355.799,74)	-	839.146,31
Equipamento administrativo	454.704,90	286.960,83	-	(221.183,64)	-	520.482,09
Outros	1.193.607,20	102.345,96	1.420.114,23	(173.188,67)	(738,47)	2.542.140,25
Ativos fixos tangíveis em curso	3.046.674,90	17.745.678,67	(12.881.808,64)	-	-	7.910.544,93
<b>Subtotal</b>	<b>213.807.225,47</b>	<b>22.743.491,29</b>	<b>(5.697.987,54)</b>	<b>(7.129.802,91)</b>	<b>(201.647,93)</b>	<b>223.521.278,38</b>
<b>Total</b>	<b>245.046.114,86</b>	<b>23.016.231,22</b>	<b>(95.422,11)</b>	<b>(9.920.652,32)</b>	<b>(205.647,93)</b>	<b>257.840.623,72</b>

A coluna Transferências internas à entidade respeita aos montantes reclassificados da rubrica Ativos fixos tangíveis em curso para as rubricas respetivas aquando da conclusão das obras, tendo também existido reclassificações de edifícios para a rubrica Propriedades de investimento relativamente a imóveis em que se iniciou arrendamento.

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições				Total
	Compra	Cessão	Doação, herança, legado ou perdido a	Outras	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	16.127,55	-	56.855,00	-	72.982,55
<b>Subtotal</b>	<b>16.127,55</b>	<b>-</b>	<b>56.855,00</b>	<b>-</b>	<b>72.982,55</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>					
Infraestruturas	-	-	-	199.757,38	199.757,38
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>199.757</b>	<b>199.757</b>
<b>Outros ativos fixos</b>					
Terrenos e recursos naturais	4.077.997,50	7.502,50	-	-	4.085.500,00
Edifícios e outras construções	254.222,50	22.507,50	-	-	276.730,00
Equipamento básico	245.734,63	-	-	-	245.734,63
Equipamento de transporte	541,20	-	-	-	541,20
Equipamento administrativo	286.960,83	-	-	-	286.960,83
Outros	102.345,96	-	-	-	102.345,96
Ativos fixos tangíveis em curso	17.745.678,67	-	-	-	17.745.678,67
<b>Subtotal</b>	<b>22.713.481,29</b>	<b>30.010,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.743.491,29</b>
<b>Total</b>	<b>22.729.608,84</b>	<b>30.010,00</b>	<b>56.855,00</b>	<b>199.757,38</b>	<b>23.016.231,22</b>

As adições evidenciadas em Outros ativos fixos – Terrenos e recursos naturais, nas colunas “Compra” e “Cessão”, no montante de 4.077.997,50 Euros e 7.502,50 Euros, respetivamente, encontram-se relacionadas com:

- i. Aquisição de Quinta do Assentista, pelo valor global de 4.317.720,00 Euros, tendo sido reconhecido de acordo com a seguinte divisão:
  - a. Prédio 1 de 5 – Rústico - 3.998.090,00 Euros imputado na totalidade em terrenos;
  - b. Prédio 2 de 5 – Urbano - 91.660,00 Euros (25% do valor de aquisição foi imputado a terrenos);
  - c. Prédio 3 de 5 – Urbano - 114.510,00 Euros (25% do valor de aquisição foi imputado a terrenos);
  - d. Prédio 4 de 5 – Urbano - 75.730,00 Euros (25% do valor de aquisição foi imputado a terrenos);
  - e. Prédio 5 de 5 – Urbano - 37.730,00 Euros (25% do valor de aquisição foi imputado a terrenos);

## Município da Amadora

- ii. Cessão de imóvel sito na Avenida dos Cravos Vermelhos, por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P, para arrendamento acessível, pelo valor de 30.010,00 Euros (25% do valor de aquisição foi imputado a terrenos).

As adições evidenciadas em Outros ativos fixos – Edifícios e outras construções, nas colunas “Compra” e “Cessão”, no montante de 254.222,50 Euros e 22.507,50 Euros, respetivamente, referem-se essencialmente aos remanescentes 75% das aquisições referidas no parágrafo anterior, correspondente ao valor dos edifícios.

Relativamente a Outros ativos fixos – Equipamento básico, as adições evidenciadas na coluna “Compra”, no montante de 245.734,63 Euros, encontram-se maioritariamente relacionadas com a aquisição de equipamentos informáticos e outros materiais para as escolas e recreios.

Relativamente a Outros ativos fixos – Equipamento administrativo, as adições evidenciadas na coluna “Compra”, no montante de 286.960,83 Euros, encontram-se maioritariamente relacionadas com a aquisição de equipamentos informáticos.

As adições evidenciadas em Ativos fixos tangíveis em curso na coluna “Compra”, no montante de 17.745.678,67 Euros, incluem, maioritariamente, a obras e empreitadas realizadas em 2023, sendo as mais relevantes as que se discriminam:

- i. Realização de obras de grande reparação em habitação municipal (475.497,12 Euros) – *já concluída*;
- ii. Reabilitação energética dos edifícios do Bairro Municipal Casal da Boba - Elaboração do Projeto e Execução da obra de reabilitação e melhoramento energético dos edifícios (2.442.448,71 Euros) – *obra ainda em curso*;
- iii. Eficiência energética na EB 2+3 de Alfovelos - Elaboração de projeto, execução de obra e respetiva fiscalização (807.132,78 Euros) – *obra ainda em curso*;
- iv. Execução de obras em escolas secundarias e escolas 2+3 - ES Fernando Namora - Execução de obras de reabilitação (1.517.219,96 Euros) – *já concluída*;
- v. Execução de obras em escolas secundarias e escolas 2+3 – José Cardoso Pires - Execução de obras de reabilitação (300.509,98 Euros) – *já concluída*;
- vi. Unidades de Saúde - Elaboração do Projeto, Execução da obra e respetiva Fiscalização - Alfovelos (735.396,44 Euros) – *já concluída*;
- vii. Requalificação do Centro de Saúde da Venda Nova - Projeto, Revisão, Obra e Fiscalização (323.441,05 Euros) – *obra ainda em curso*;
- viii. Requalificação do Centro de Saúde da Damaia - Projeto, Revisão, Obra e Fiscalização (812.040,40 Euros) – *obra ainda em curso*;
- ix. Avenida do Brasil e envolventes - Requalificação - execução de obra – (406.489,79 Euros) – *já concluída*;
- x. Eixos Principais – pavimentação (1.401.390,44 Euros) – *já concluída*;
- xi. Av. Camilo Castelo Branco - Projeto, revisão, execução de obra e fiscalização (311.888,04 Euros) – *já concluída*;
- xii. Av. Panguim, Av. Conde Oeiras, Av. Aviação Portuguesa e envolventes - projeto, revisão, execução de obra e fiscalização (358.545,00 Euros) – *já concluída*;
- xiii. Videovigilância - Aquisição e Instalação de equipamento e execução da infraestrutura de fibra ótica (1.157.268,80 Euros) – *já concluída*.



## Município da Amadora

A desagregação das diminuições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições		
	Alienação a título oneroso	Outras	Total
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>			
Património histórico, artístico e cultural	-	(4.000,00)	(4.000,00)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>(4.000,00)</b>	<b>(4.000,00)</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>			
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros ativos fixos</b>			
Edifícios e outras construções	(200.909,46)	-	(200.909,46)
Outros	-	(738,47)	(738,47)
<b>Subtotal</b>	<b>(200.909,46)</b>	<b>(738,47)</b>	<b>(201.647,93)</b>
<b>Total</b>	<b>(200.909,46)</b>	<b>(4.738,47)</b>	<b>(205.647,93)</b>

A alienação de Edifícios e outras construções acima apresentada respeita à venda em hasta pública de doze frações autónomas sitas no Edifício Babilónia, freguesia da Venteira. O valor acima apresentado é o valor líquido de depreciações, sendo o seu valor bruto de 428.988,14 Euros.

### Nota 6 – Locações

Durante os períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, o Grupo Autárquico não apresentava contratos de locação financeira.

### Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

A informação relativa aos empréstimos obtidos pelo Grupo Autárquico, em dívida a 31 de dezembro de 2023, encontra-se detalhada no Anexo III.

### Nota 8 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo Autárquico são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis e que de acordo com o normativo possam ser capitalizados.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)		Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
		Transferências internas à entidade	Depreciações do período			Rendas	Outros
<b>Propriedades de investimento</b>							
Edifícios e outras construções	3.747.248,64	84.972,16	(122.582,08)	3.709.638,72	(122.582,08)	64.749,92	-
<b>Total</b>	<b>3.747.248,64</b>	<b>84.972,16</b>	<b>(122.582,08)</b>	<b>3.709.638,72</b>	<b>(122.582,08)</b>	<b>64.749,92</b>	<b>-</b>

As Transferências internas à entidade de Propriedades de investimento que ocorreram em 2023 respeitam à transferência de Ativos fixos tangíveis, pelo seu valor líquido, de três frações sobre as quais se iniciou arrendamento em 2023.

**Nota 9 – Imparidades de ativo**

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe, por rubrica, das perdas por imparidades acumuladas reconhecidas com referência a 31 de dezembro de 2023:

ATIVO	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Investimentos financeiros (valorizados ao custo)	Ativo gerador de caixa	10.265.203,49	5.000,00	10.260.203,49
Inventários	Ativo não gerador de caixa	531.677,19	99.663,81	432.013,38
Clientes, contribuintes e utentes	Ativo gerador de caixa	5.257.434,22	4.027.006,39	1.230.427,83
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	Ativo gerador de caixa	1.666.540,91	1.595.038,46	71.502,45
<b>Total</b>		<b>17.720.855,81</b>	<b>5.726.708,66</b>	<b>11.994.147,15</b>

As variações ocorridas nos exercícios de 2022 e 2023, encontram-se detalhadas no quadro seguinte:

RUBRICA	2023	2022
<b>Perdas por imparidade de dívidas a receber</b>		
Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	-	(1.595.038,46)
Clientes, contribuintes e utentes	(151.631,76)	(141.964,14)
Em inventários	(3,91)	(4.208,39)
	<b>(151.635,67)</b>	<b>(1.741.210,99)</b>
<b>Reversões de perdas por imparidade de dívidas a receber</b>		
Clientes, contribuintes e utentes	113.432,68	13.347,04
Em inventários	1.798,12	2.121,09
	<b>115.230,80</b>	<b>15.468,13</b>
<b>Total</b>	<b>(36.404,87)</b>	<b>(1.725.742,86)</b>

Em 2022, foi reconhecida uma perda por imparidade de Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados, no valor de 1.595.038,46 Euros, relativamente a valores a receber de terceiros no âmbito de protocolos e subsídios que apresentam indícios de incobrabilidade devido à sua antiguidade significativa, não existindo garantias razoáveis da sua recuperabilidade. Estes montantes respeitam essencialmente a valores a receber do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

**Nota 10 - Inventários**

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

RUBRICA	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	531.677,19	99.663,81	432.013,38
<b>Total</b>	<b>531.677,19</b>	<b>99.663,81</b>	<b>432.013,38</b>

## Município da Amadora

Os movimentos ocorridos no período, constam do quadro seguinte:

RUBRICA	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período				Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	424.959,11	1.537.902,28	(1.532.642,22)	(3,91)	1.798,12	432.013,38
<b>Total</b>	<b>424.959,11</b>	<b>1.537.902,28</b>	<b>(1.532.642,22)</b>	<b>(3,91)</b>	<b>1.798,12</b>	<b>432.013,38</b>

Os Inventários englobam, essencialmente, os bens e outros materiais consumíveis que aguardam a sua utilização direta ou indireta na prestação de serviços realizados no âmbito das competências do Grupo Autárquico, nomeadamente matérias-primas e subsidiárias, artigos de higiene e limpeza, material elétrico e peças e outro material de manutenção.

O gasto com os inventários é reconhecido quando os inventários são vendidos, distribuídos ou quando são utilizados na prestação de serviços efetuada pelo Grupo Autárquico.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido em 2023 encontra-se evidenciado na coluna "Consumos/gastos", tendo ascendido a 1.532.642,22 Euros.

### Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os Rendimentos de transações com contraprestação, mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, reconhecidos nos períodos 2022 e 2023 apresentam a seguinte composição:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em Resultados	
	2023	2022
<b>Prestações de serviços</b>		
Resíduos Sólidos	6.048.156,99	5.393.602,60
Cemitérios	164.727,52	213.974,56
Atividades tempos livres, jardins de infância e creches	41.079,59	45.249,17
Rendas Bairros Municipais	1.629.549,34	1.618.975,25
Outras rendas e alugueres	2.763.502,15	2.504.145,34
Serviços de refeitórios	2.224.380,64	1.024.575,50
Outros	327.584,30	301.219,91
<b>Subtotal</b>	<b>13.198.980,53</b>	<b>11.101.742,33</b>
<b>Rendimentos suplementares</b>	<b>334.643,02</b>	<b>489.898,02</b>
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>		
Juros obtidos	1.221.383,99	86.567,43
Dividendos obtidos	480.978,14	509.845,43
<b>Subtotal</b>	<b>1.702.362,13</b>	<b>596.412,86</b>
<b>Total</b>	<b>15.235.985,68</b>	<b>12.188.053,21</b>

## Município da Amadora

**Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação**

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos obtidos em 2023:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
<b>Impostos diretos</b>					
Derrama	5.147.632,19	-	-	-	-
Imposto Municipal Sobre Imóveis	17.460.501,84	-	-	-	-
Imposto Único de Circulação	4.808.056,23	-	-	-	-
Contribuição Autárquica	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>27.416.190,26</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Impostos indiretos</b>					
Mercados e Feiras	22.660,45	-	928,46	-	-
Loteamento e Obras	420.703,58	-	1.248,48	-	-
Ocupação da via pública	602.500,97	-	19.869,11	-	-
Publicidade	78.482,67	-	3.330,80	-	-
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	12.706.999,74	-	-	-	-
Outros	226.197,60	-	331.308,21	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>14.057.545,01</b>	<b>-</b>	<b>356.685,06</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>					
Taxas	451.183,54	-	3.135,98	3.234,80	-
Multas e outras penalidades	455.502,34	-	546,41	6.607,53	-
<b>Subtotal</b>	<b>906.685,88</b>	<b>-</b>	<b>3.682,39</b>	<b>9.842,33</b>	<b>-</b>
<b>Transferências Correntes (sem condição)</b>					
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	12.114.067,00	-	-	-	-
FSM - Fundo Solcial Municipal	3.800.011,00	-	-	-	-
Participação no IRS	8.384.033,00	-	-	-	-
Participação no IVA	18.509.611,76	-	-	-	-
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	864.945,32	-	-	-	-
Outras	506.977,05	-	-	-	-
Serviços e Fundos Autónomos	260.331,97	-	-	-	-
Resto do Mundo	172.425,99	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>44.612.403,09</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Subsídios Correntes (sem condição)</b>	<b>147.464,48</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Imputação de subsídios e transferências para investimentos</b>	<b>1.575.889,67</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>88.716.178,39</b>	<b>-</b>	<b>360.367,45</b>	<b>9.842,33</b>	<b>-</b>

**Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

No que respeita a Provisões, o saldo da rubrica respeita apenas ao Município, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas no ano:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Reforços	Total de aumentos	Reversões	Total de diminuições	
Processos judiciais em curso	1.095.153,43	-	-	104.539,40	104.539,40	990.614,03
<b>Total</b>	<b>1.095.153,43</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104.539,40</b>	<b>104.539,40</b>	<b>990.614,03</b>



## Município da Amadora

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, instaurados pelo Grupo Autárquico, após avaliação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a Provisão para outros riscos e encargos para o montante de 990.614,03 Euros, valor que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Grupo Autárquico.

A diminuição verificada nesta rubrica deve-se essencialmente ao desreconhecimento das provisões na sequência dos despachos de arquivamento de processos judiciais.

Tendo por base a informação dos consultores jurídicos do Grupo Autárquico relativa aos processos judiciais em curso e respetiva estimativa dos valores a despendar são reconhecidas as provisões para riscos e encargos. Em seguida apresenta-se a listagem dos principais processos em curso e respetivas responsabilidades estimadas tendo por base a avaliação dos consultores jurídicos:

- Processo n.º 1054/05.9BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Condenação do Município no pagamento de 224.460,00 € a título de trabalhos a mais da Empreitada “Conceção e Construção do Parque Escolar de Brandoa / EB1, Jardim de Infância e ATL Municipal da Brandoa”. Em curso diligências para proceder ao pagamento da quantia.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 270.365,52 Euros

- Processo n.º 1034/18.4CLSB – ASAE

Descrição do Litígio: Contraordenação por não respeito das normas referentes a parque infantil.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 120.000,00 Euros

- Processo n.º 000714/20.9ECLSB – ASAE

Descrição do Litígio: Processo de contraordenação - Parque infantil da Praça de Angola

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 120.000,00 Euros

- Processo n.º 472/18.7BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Indemnização por responsabilidade extracontratual por acidente na via pública.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 54.600,58 Euros

- Processo n.º 2/21.3BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

Descrição do Litígio: Impugnação de ato administrativo que excluiu o A. do PER.

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 90.000,00 Euros

- NUI/CO/002449/21.6ECLSB - ASAE

Descrição do Litígio: Contraordenação Parque Infantil da Praça de Angola

Valor estimado da responsabilidade a incorrer: 90.000,00 Euros

## Município da Amadora

**Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato**

As Demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Vice-Presidente da Câmara a 6 de junho de 2024.

**Nota 18 – Instrumentos financeiros**Ativos financeiros

Com referência a 31 de dezembro de 2023, e respetivos comparativos, os Ativos financeiros detalham-se do seguinte modo:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Caixa e seus equivalentes</b>		
Caixa	17.035,33	15.594,55
Depósitos bancários	99.206.581,73	103.170.085,62
<b>Subtotal</b>	<b>99.223.617,06</b>	<b>103.185.680,17</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
<b>Cientes, contribuintes e utentes</b>	326.681,53	-
<b>Subtotal</b>	<b>326.681,53</b>	<b>-</b>
<b>Ativo corrente</b>		
<b>Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis</b>		
Protocolos	1.107.389,59	1.107.389,59
Contratos Programa	364.965,57	364.965,57
Outros	67.082,66	67.082,66
Fundos Comunitários	127.103,09	182.331,15
Perdas por imparidade acumuladas	(1.595.038,46)	(1.595.038,46)
	<b>71.502,45</b>	<b>126.730,51</b>
<b>Cientes, contribuintes e utentes</b>		
Cientes	68.036,91	54.982,50
Contribuintes	421.005,03	356.685,06
Utentes	911.532,59	524.343,27
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.530.178,16	3.848.949,33
Perdas por imparidade acumuladas	(4.027.006,39)	(3.988.817,31)
	<b>903.746,30</b>	<b>796.142,85</b>
<b>Outras contas a receber</b>		
Devedores por acréscimos - Impostos e taxas imputados ao período	19.322.832,93	19.386.683,77
Devedores por acréscimos - Outros	3.916.278,51	2.958.877,24
Outros devedores	1.334.961,77	1.440.266,82
	<b>24.574.073,21</b>	<b>23.785.827,83</b>
<b>Subtotal</b>	<b>25.549.321,96</b>	<b>24.708.701,19</b>
<b>Total</b>	<b>124.772.939,02</b>	<b>127.894.381,36</b>

O valor apresentado na rubrica Cientes, contribuintes e utentes apresentado no ativo não corrente, no montante de 326.681,53 Euros, respeita a valores realizáveis a mais de 12 meses decorrente da celebração de acordos de pagamento com os devedores de rendas em atraso.

## Município da Amadora

Passivos financeiros

No que respeita aos Passivos financeiros, com referência a 31 de dezembro de 2023, e respetivos comparativos, estes encontram-se detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Financiamentos obtidos	2.998.169,48	4.826.884,39
<b>Subtotal</b>	<b>2.998.169,48</b>	<b>4.826.884,39</b>
<b>Passivo corrente</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores conta corrente	1.530.266,79	1.667.170,90
Fornecedores conta corrente-com garantias	636.041,53	600.588,96
Fornecedores - faturas em receção e conferencia	302.363,80	134.709,67
	<b>2.468.672,12</b>	<b>2.402.469,53</b>
<b>Fornecedores de investimentos</b>		
Fornecedores de investimentos conta corrente	2.716.076,03	2.246.984,14
Faturas em receção e conferencia	82.708,16	20.325,34
	<b>2.798.784,19</b>	<b>2.267.309,48</b>
<b>Financiamentos obtidos</b>		
Financiamentos bancários	1.848.406,02	1.874.485,54
	<b>1.848.406,02</b>	<b>1.874.485,54</b>
<b>Outras contas a pagar</b>		
Credores por acréscimos de gastos	7.021.213,14	6.921.737,53
Sindicatos	5.335,25	6.020,95
Outros credores	1.541.144,79	865.600,62
Pessoal	1.619,14	1.133,95
	<b>8.569.312,32</b>	<b>7.794.493,05</b>
<b>Subtotal</b>	<b>15.685.174,65</b>	<b>14.338.757,60</b>
<b>Total</b>	<b>18.683.344,13</b>	<b>19.165.641,99</b>

Participações financeiras

Os movimentos ocorridos em 2023 na rubrica participações financeiras, constam no quadro seguinte:

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
			Compras	Outros	Alienações	Outras	
<b>Participações de capital - MEP</b>							
SIMAS de Oeiras e Amadora	50,00%	103.986.125,97	-	448.892,83	-	-	104.435.018,80
<b>Participações de capital - ao custo</b>							
Valorsul, S. A.	5,16%	1.465.066,49	-	-	-	-	1.465.066,49
Digihealth, S.A.	6,00%	-	-	-	-	-	-
Agua do Tejo Atlântico, S.A.	5,69%	6.458.431,00	-	-	-	-	6.458.431,00
Fundo de Apoio Municipal	-	2.336.706,00	-	-	-	-	2.336.706,00
<b>Total</b>		<b>114.246.329,46</b>	<b>-</b>	<b>448.892,83</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>114.695.222,29</b>

Refira-se que a Amadora Innovation, E.M. Unipessoal, Lda sendo uma participada controlada a 100% pelo Município da Amadora foi integrada através do método da consolidação integral fazendo parte do grupo Autárquico, não sendo uma participação financeira em termos de contas consolidadas.

## Município da Amadora

A variação ocorrida na rubrica Investimentos financeiros reflete a aplicação do método de equivalência patrimonial relativo ao investimento financeiro no SIMAS de Oeiras e Amadora, tendo sido imputado o resultado líquido apurado pela participada na proporção do controlo, no montante de 40.518,49 Euros, e as variações ocorridas no Património Líquido do SIMAS de Oeiras e Amadora na proporção do controlo, também positivas, no montante de 408.374,35 Euros, o que originou um aumento do valor da participação.

Refira-se adicionalmente que as variações ocorridas no Património Líquido dos SIMAS de Oeiras e Amadora, referidas no parágrafo anterior, diferem das apresentadas nas contas individuais. Esta diferença é justificada pela utilização de contas provisórias na aplicação do método de equivalência patrimonial nas contas individuais do Município da Amadora onde foram utilizadas as últimas demonstrações financeiras disponíveis à data de preparação das mesmas, tendo-se verificado uma diferença de 2.080,93 Euros face ao apurado nas contas consolidadas.

Os restantes investimentos, valorizados pelo método do custo, não sofreram nenhuma variação em 2023.

### Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

A listagem das entidades participadas registadas ao custo de aquisição apresenta-se no quadro seguinte:

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Partic. detida	Motivo de exclusão
Digihealth	503 573 663	Avenida do Forte, n.º 3, Edifício Suécia III, Piso 2, Carnaxide	Prestação de serviços de assessoria e consultoria informática e de gestão a empresas e entidades de natureza pública ou privadas prestadoras de cuidados de saúde.	6,00%	Não detem controlo
Valorsul	509 479 600	Plataforma Ribeirinha da CP, Estação de Mercadorias da Bobadela, Loures	Exploração e gestão, em regime de serviço público, do sistema multimunicipal de tratamento e recolha seletiva de resíduos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste	5,16%	Não detem controlo
Águas do Tejo Atlântico	514 387 130	ETAR de Alcântara, Lisboa	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime exclusivo	5,69%	Não detem controlo

As transações ocorridas em 2023 com as partes relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, bem como os seus saldos finais, apresentam-se de seguida:

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% total das transações		
<b>Rendimentos</b>						
SIMAS de Oeiras e Amadora	Empreendimento conjunto	Rendimentos - Tarifa gestão de resíduos urbanos e saneamento	6.048.736,26	92,63%	512.409,08	
Águas do Tejo Atlântico, S.A	Entidade participada	Dividendos obtidos	452.577,25	6,93%	387.566,35	Transferência de resultados de exercícios anteriores
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	Entidade participada	Dividendos obtidos	28.400,89	0,43%	-	Transferência de resultados de exercícios anteriores
<b>Subtotal</b>			<b>6.529.714,40</b>		<b>899.975,43</b>	
<b>Gastos</b>						
SIMAS de Oeiras e Amadora	Empreendimento conjunto	Gastos - consumo água	(855.708,21)	92,33%	(79.074,47)	
		Gastos - Tarifa gestão resíduos sólidos	(71.132,17)	7,67%		
<b>Subtotal</b>			<b>(926.840,38)</b>		<b>(79.074,47)</b>	
<b>Total</b>			<b>5.602.874,02</b>		<b>820.900,96</b>	



## Município da Amadora

Os valores apresentados na coluna “Saldo no fim do período”, no quadro acima, respeitam ao valor a receber/a pagar acrescido dos valores reconhecidos nas rubricas Devedores por acréscimos de rendimentos e Credores por acréscimos de gastos.

Em seguida apresenta-se a informação da remuneração agregada das pessoas chave da gestão e fiscalização do Grupo Municipal:

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos executivos, de fiscalização e Revisor Oficial de Contas 2023	Descrição	N.º pessoas	Valor anual bruto atribuído
Órgão Executivo (Município Amadora)	Presidente da Câmara e Vereadores com pelouro	6	326.291,47
Conselho de Administração do SIMAS Oeiras e Amadora	Presidentes do Conselho de Administração e administradores	3	31.969,27
Órgão de Gestão da Amadora Inovation	Gerência	3	-
Revisor Oficial de Contas (Município Amadora)	DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas SA	-	11.377,50
Órgão Fiscalização (SIMAS Oeiras e Amadora)	APPM & Associados SROC, Lda.	-	14.000,00
Órgão Fiscalização (Amadora Inovation)	Grant Thornton & Associados SROC, Lda.	-	6.600,00
<b>Total</b>			<b>390.238,24</b>

### Nota 23 – Outras divulgações

Apresentamos de seguida algumas informações adicionais que consideramos relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

#### 23.1 Diferimentos

No quadro seguinte apresenta-se o saldo final dos Diferimentos nos anos 2022 e 2023:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Encargos das Instalações		
Rendas-Ano Seguinte	30.227,59	27.710,96
Seguros-Ano Seguinte	229.913,84	185.839,77
Outros gastos diferidos	387.748,35	175.749,23
<b>Total Gastos a reconhecer</b>	<b>647.889,78</b>	<b>389.299,96</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
<b>Não corrente</b>		
Acordos de concessão de serviços	9.325.583,83	9.125.826,45
	<b>9.325.583,83</b>	<b>9.125.826,45</b>
<b>Corrente</b>		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições		
Administrações Públicas	336.720,05	323.777,45
Resto do Mundo	3.225.990,20	22.796,72
Outros	954.866,72	543.844,88
	<b>4.517.576,97</b>	<b>890.419,05</b>
<b>Total Rendimentos a reconhecer</b>	<b>13.843.160,80</b>	<b>10.016.245,50</b>

O valor de Rendimentos a reconhecer, no montante de 9.325.583,83 Euros, reconhecido no Passivo Não Corrente encontra-se relacionado com o reconhecimento do Acordo de Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A (ver nota 4). Entendemos classificar este passivo como não corrente por não cumprir nenhum dos critérios previstos nas alíneas do parágrafo 51 da NCP 1 — Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

## Município da Amadora

Por outro lado, o valor apresentado na rubrica Rendimentos a reconhecer, no Passivo corrente, no montante de 3.225.990,20 Euros, respeita a Transferências e subsídios de capital obtidos com condições, que verificou um grande aumento face a 2022, referente a valores a receber no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência.

### 23.2 Fornecimentos e serviços externos

No que respeita aos anos 2022 e 2023, o detalhe dos Fornecimentos e serviços externos encontra-se no quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Subcontratos e parcerias	8.733.655,64	6.748.158,53
Trabalhos especializados	1.819.540,24	1.814.096,63
Publicidade, comunicação e imagem	207.063,28	165.515,31
Vigilância e segurança	1.662.677,35	1.685.404,33
Honorários	375.826,77	253.570,54
Comissões	941.582,44	876.001,43
Conservação e reparação	3.522.550,56	4.867.860,51
Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.141,89	2.643,65
Livros e documentação técnica	578,74	1.548,18
Material de escritório	169.706,84	113.289,39
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	111.750,70	146.412,66
Outros materiais de consumo	269.436,13	156.540,82
Eletricidade	3.464.292,70	3.397.696,87
Combustíveis e lubrificantes	883.216,45	1.459.366,48
Água	855.708,21	936.256,66
Deslocações, estadas e transportes	373.570,21	404.069,00
Rendas e alugueres	509.576,12	437.005,03
Comunicação	311.571,01	289.310,09
Seguros	286.257,18	280.969,84
Contencioso e notariado	21.798,08	25.412,73
Despesas de representação dos serviços	121,30	34,30
Limpeza, higiene e conforto	737.960,74	765.197,76
Outros serviços	2.193.832,30	2.106.267,27
	<b>27.458.414,88</b>	<b>26.932.628,01</b>

### 23.3 Gastos com pessoal

Os Gastos com o pessoal apresentaram a seguinte evolução nos anos 2022 e 2023:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	323.457,54	362.187,75
Remunerações do pessoal	29.758.826,03	27.221.926,19
Benefícios pós-emprego	47.405,81	33.726,41
Indemnizações	524,71	346,87
Encargos sobre remunerações	6.523.317,55	5.961.125,03
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	420.239,75	602.722,61
Outros gastos com o pessoal	1.080.196,07	1.312.849,59
Outros encargos sociais	137.289,58	140.053,17
<b>Total</b>	<b>38.291.257,04</b>	<b>35.634.937,62</b>

**23.4 Transferências e subsídios concedidos e Prestações sociais**

No quadro seguinte apresentam-se os gastos com transferências concedidas nos anos 2022 e 2023:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Transferências e subsídios concedidos</b>		
<i>Transferências correntes concedidas</i>		
Estado	2.394.492,44	2.582.262,53
Associações de Municípios	1.634.490,50	1.633.939,65
Município	-	-
Freguesias	8.208.745,74	7.583.704,64
Instituições sem Fins Lucrativos	4.486.231,81	3.448.557,73
Famílias	1.685.518,60	1.225.486,66
Outros	-	137.476,20
	<b>18.409.479,09</b>	<b>16.611.427,41</b>
<i>Transferências de capital concedidas</i>		
Instituições sem Fins Lucrativos	84.148,22	257.836,61
Estado	51.000,00	33.000,00
Transferências para cobertura de prejuízos	-	31.379,00
	<b>135.148,22</b>	<b>322.215,61</b>
<b>Prestações sociais</b>	<b>1.252.256,00</b>	<b>2.856.500,00</b>
<b>Total</b>	<b>19.796.883,31</b>	<b>19.790.143,02</b>

**23.5 Outros Gastos**

No que respeita aos anos 2022 e 2023, o detalhe da rubrica Outros gastos encontra-se no quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e taxas	464.507,20	93.794,41
Perdas em inventários	32,06	105,21
Gastos em investimentos não financeiros	4.738,47	50.347,38
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	654.041,01	912.422,73
Quotizações	27.598,72	28.902,37
Outros não especificados	144.996,60	38.579,27
<b>Total</b>	<b>1.295.914,06</b>	<b>1.124.151,37</b>

**23.6 Juros e gastos similares suportados**

Os Juros e gastos similares suportados apresentaram a seguinte evolução nos anos 2022 e 2023:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Juros de financiamentos obtidos	61.852,66	4.394,87
Juros de mora e compensatórios	3.292,46	809,26
Outros gastos de financiamento	33.718,12	28.558,15
<b>Total</b>	<b>98.863,24</b>	<b>33.762,28</b>

**Nota final**

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

## ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

## Município da Amadora

<b>8.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE</b>		
GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023		
8.1.1. MUNICÍPIO DA AMADORA	NIF: 505456010	
ENDEREÇO POSTAL: Av. Movimento das Forças Armadas, nº 2 - 2701/961 AMADORA TELEFONE: 214369000		
SISTEMA CONTABILÍSTICO: SNC-AP		
PRESIDENTE: CARLA MARIA NUNES TAVARES		
<b>NÚMERO DE VEREADORES</b>		
Em regime de permanência	5	
A Meio Tempo		
Restantes Vereadores	5	
<b>NÚMERO DE ELEITORES</b>		
<b>MUNICÍPIO</b>	Até 10 000	<input type="checkbox"/>
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	<input type="checkbox"/>
	Igual ou Superior a 40 000	<input checked="" type="checkbox"/>
<b>8.1.2. LEGISLAÇÃO</b>		
Constituição: Lei 45/79, de 11 de setembro		
<b>8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES</b>		
<p>Desenvolve as competências nos termos do art.º 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.</p> <p>O Município detém a 100% uma Empresa Municipal - Amadora Inovation, E.M. Unipessoal Lda. A Amadora Inovation, é uma entidade certificada pela APCER-ISO 9001:2008, em todos os serviços que presta, com o reconhecimento do 1º nível de Excelência EFQM, Committed to Excellence e Avaliação CAF, tendo no âmbito do seu objeto, abrangendo as áreas da educação, ação social, saúde e desporto, empreendedorismo, incubação de empresas, realização de estudos, intercâmbio internacional e desenvolvimento de projetos, as seguintes principais atividades: criação de "Ninhos de Empresas"; criação de um "Banco de Ideias"; criação e gestão de sociedades ou fundos de capital de risco vocacionados para o comércio e o empreendedorismo; desenvolvimento de ações que, pela sua natureza, concorram para a promoção nacional e internacional da imagem da Amadora como concelho competitivo e de excelência para os investidores; ensino/educação como forma de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades; apoio ao emprego, por conta de outrem ou através da promoção do autoemprego, mediante a criação e o acompanhamento de microempresas; execução e/ou promoção de obras de reparação, conservação ou beneficiação no domicílio de pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, de portadores de deficiência e de pessoas em situação de dependência, residentes no município da Amadora, que se encontrem em situação de precariedade socioeconómica; educação e formação de adultos.</p> <p>O Município detém uma participação de 50% nos SIMAS.</p> <p>Os SIMAS de Oeiras e Amadora são serviços intermunicipalizados de água e saneamento, com autonomia administrativa e financeira criados ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de agosto, cujo Regulamento de Organização dos Serviços foi publicado no DR, 2ª Serie - Nº 134, de 15 de julho de 2013.</p>		
<b>8.1.5. RECURSOS HUMANOS</b>		
PRESIDENTE: CARLA MARIA NUNES TAVARES		
<b>MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO</b>		
Em regime de permanência	6	
Carla Tavares / Presidente		
Vitor Ferreira		
Luís Lopes		
Susana Nogueira		
Ana Venâncio		
Ricardo Faria		
Restantes Vereadores	5	
José Agostinho Marques		
Suzana Garcia		
Martinho Caetano		
Man Lin		
António Borges		

## Município da Amadora

RESPONSÁVEIS DE DIRECÇÃO
Departamento Administração Geral: Arlindo Cerejo Pinto
Departamento Administração Urbanística: Pedro Jesus Costa
Departamento de Educação e Desenvolvimento Sociocultural: Luís Vargas
Departamento de Habitação e Requalificação Urbana: Manuela Esteves
Departamento de Obras Municipais: Norberto Monteiro
Departamento Financeiro: Pedro Costa
Divisão de Serviços Urbanos: Cristina Pereira
Divisão de Equipamentos Mecânicos: Manuela Pires
Gabinete de Imprensa e Relações Públicas: Paula Maçaneiro
Serviço de Veterinário Municipal: Susana Gonçalves Santos
Divisão de Apoio à Câmara e à Assembleia Municipal: Paula Amaro
Divisão de Informação Geográfica: João Carlos Antunes
Divisão de Sistemas e Tecnologias de Informação: Ricardo Madeira Simões
Serviço Municipal de Protecção Civil: Luís Carvalho
Serviço de Polícia Municipal: Luís Carvalho

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
<p>O Departamento Financeiro está totalmente informatizado. O fornecedor do software é a Medidata, Engenharia e Sistemas, SA.</p> <p>O sistema é composto por três aplicações integradas – Aplicação de Aprovisionamento, Aplicação de Contabilidade - SNC-AP / Tesouraria e Aplicação de Património.</p> <p>Os processos de despesa referentes à aquisição de bens e serviços são desenvolvidos a partir da Divisão de Aprovisionamento que regista as Requisições Internas e origina os Pedidos de Aquisição, desencadeia os procedimentos administrativos adequados após cabimento pela Divisão de Administração Financeira, adjudica após compromisso da despesa (pela DAF) e acompanha a gestão subsequente.</p> <p>A aplicação dispõe de funcionalidades de gestão documental e workflow que permitam o acompanhamento e a autorização eletrónica de todas as fases de validação técnica e autorização.</p> <p>A aplicação de Aprovisionamento permite, por outro lado, gerir e controlar as inventários da autarquia, através do registo da entrada e saída de bens (Inventário Permanente).</p> <p>A aplicação de Contabilidade SNC-AP permite a elaboração e gestão integradas dos Documentos Previsionais - Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos/PPI e Plano de Ações Municipais/PAM) e dos Documentos de Prestação de Contas.</p> <p>Esta aplicação compreende as funcionalidades inerentes à contabilidade orçamental e patrimonial e emissão automática dos Mapas de reporte para a DGAL/SISAL.</p> <p>A aplicação dispõe de funcionalidades de gestão documental e workflow nos domínios da validação e autorização dos documentos contabilísticos da despesa e da confirmação eletrónica de faturas e de conferência/verificação e autorização eletrónica de Ordens de Pagamento.</p> <p>A aplicação de Património constitui uma ferramenta que efetua a inventariação e gestão dos bens do Município e compreende a codificação dos bens obedecendo ao Classificador Geral e à classificação económica e patrimonial, o registo das alterações patrimoniais, o cálculo anual das depreciações/amortizações e a gestão dos projetos financiados/depreciação dos rendimentos diferidos.</p> <p>A aplicação de Pessoal (que é gerida pelo Departamento de Administração Geral) está integrada com a aplicação de Contabilidade através da funcionalidade de emissão automática das ordens de pagamento dos vencimentos e descontos para as várias entidades.</p> <p>A aplicação da Gestão das Rendas de Habitação Social está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação Cemitérios está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação Publicidade está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação Feiras e Mercados está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade da emissão dos documentos de receita coletivos e sua contabilização.</p> <p>A aplicação de execuções fiscais está integrada com a aplicação de contabilidade através da funcionalidade de emissão de guias de recebimento.</p>

8.1.7. OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

**ANEXO II - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**



## Município da Amadora

Euros

Caracterização do Empréstimo	Data de Aprovação pela A.M.	Data de Contratação empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade Empréstimo	Capital		Taxa de Juro (%)			Encargos do Ano		Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 01-01-2023	Dívida em 31-12-2023	Obs.
					Nº Reg.	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total				
<b>Curto Prazo</b>																		
<b>Total</b>																		
<b>Médio e Longo Prazos</b>																		
- Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 30 Fogos do Zambujal	21-03-1996	14-01-1997	25	25	69 030/96	30-12-1996	I	562.496,38	562.496,38	3,100	3,76	25.051,03	104,53	25.155,56	-	-	25.051,03	-
							N	2.177.269,00	2.103.291,38			129.689,73	7.119,34	136.809,07	-	-	263.525,16	133.835,43
- Qualificação Urbanística	02-12-2004	02-12-2004	20	19	000176	23-03-2005	I	3.971.677,00	3.088.977,93			190.467,53	10.455,76	200.923,29	-	-	387.031,82	196.564,29
- Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 1694 Fogos do Casal da Boba, Coopalme, Cebi e Casal da Mira.	28-09-2000	06-12-2000	25	22	4 761/00	27-04-2001	I	23.656.487,86	23.309.231,93	1,267	3,911	1.286.432,60	28.791,39	1.315.223,99	-	-	4.653.256,92	3.366.824,32
- Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - PER. Aquisição de 284 Fogos Casal do Silva	22-11-2002	25-11-2002	25	19	2249/03	23-10-2003	I	5.400.000,00	5.230.199,37	0,970	4,557	223.153,54	12.900,60	236.054,14	-	-	1.372.505,00	1.149.351,46
<b>TOTAL</b>								<b>35.767.930,24</b>	<b>34.294.196,99</b>			<b>1.854.794,43</b>	<b>59.371,62</b>	<b>1.914.166,05</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.701.369,93</b>	<b>4.846.575,50</b>

I= Isento do Limite de endividamento com base no artigo 24º do Decreto-Lei nº 42/98 - Lei das Finanças Locais

N= Não isenta do limite de endividamento

### 3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

#### 4.1 - Demonstração consolidada do desempenho orçamental

## Município da Amadora

Rubrica	RECEBIMENTOS	2023	2022	Rubrica	PAGAMENTOS	2023	2022
	Saldo de gerência anterior	106.770.978,57	97.853.462,44				
	Operações orçamentais [1]	100.950.851,21	93.145.303,13				
	Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00	0,00				
	Operações de tesouraria [A]	6.294.928,62	5.095.369,48				
	<b>Receita corrente</b>				<b>Despesa corrente</b>		
R1	Receita fiscal	41.146.101,19	47.969.152,08	D1	Despesas com o pessoal	43.462.000,09	40.072.845,07
R11	Impostos diretos	40.086.221,72	46.562.539,32	D11	Remunerações Certas e Permanentes	32.248.345,34	29.538.595,24
R12	Impostos indiretos	1.059.879,47	1.406.612,76	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.570.242,19	1.557.053,60
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas	0,00	0,00	D13	Segurança social	9.643.412,57	8.977.196,23
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.402.474,73	1.440.572,01	D2	Aquisição de bens e serviços	49.044.945,70	45.785.478,41
R4	Rendimentos de propriedade	4.145.624,82	2.300.210,20	D3	Juros e outros encargos	97.112,95	33.802,05
R5	Transferências e subsídios correntes	44.870.477,51	41.522.444,42	D4	Transferências e subsídios correntes	17.653.619,27	16.027.883,53
R51	Transferências correntes	44.768.778,74	40.865.810,17	D41	Transferências correntes	17.032.417,48	15.521.822,88
R511	Administrações Públicas	44.039.419,96	40.859.338,17	D411	Administrações Públicas	12.237.526,18	11.851.577,68
R5111	Administração Central - Estado Português	44.025.382,27	40.754.120,45	D4111	Administração Central - Estado Português	2.394.289,94	2.633.933,39
R5112	Administração Central - Outras entidades	14.037,69	105.217,72	D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	D4113	Segurança Social	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	D4114	Administração Regional	0,00	0,00
R5115	Administração Local	28.017,80	0,00	D4115	Administração Local	9.843.236,24	9.217.644,29
R512	Exterior - U E	80.139,19	150.573,60	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	4.688.360,97	3.439.288,43
R513	Outras	0,00	6.472,00	D413	Famílias	106.530,33	93.480,57
R515	Administração Local	0,00	0,00	D414	Outras	0,00	137.476,20
R52	Subsídios correntes	99.255,20	0,00	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	40.017.776,87	32.975.193,96	D5	Outras despesas correntes	2.362.533,21	1.846.610,36
R7	Outras receitas correntes	873.769,08	846.355,25		<b>Despesa de capital</b>		
	<b>Receita de capital</b>			D6	Aquisição de bens de capital	25.151.161,43	14.686.332,45
R8	Venda de bens de investimento	568.516,75	568.516,75	D7	Transferências e subsídios de capital	3.013.016,46	4.286.904,20
R9	Transferências e subsídios de capital	5.540.668,85	8.577.340,15	D71	Transferências de capital	2.966.392,49	4.286.904,20
R91	Transferências de capital	5.540.668,85	8.577.340,15	D711	Administrações Públicas	51.000,00	33.000,00
R911	Administrações Públicas	5.471.787,38	8.508.458,68	D7111	Administração Central - Estado Português	51.000,00	33.000,00
R9111	Administração Central - Estado Português	5.458.844,78	8.482.573,48	D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	12.942,60	25.885,20	D7113	Segurança Social	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D7114	Administração Regional	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D7115	Administração Local	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	130.772,19	257.836,61
R912	Exterior - U E	0,00	0,00	D713	Famílias	2.831.244,27	3.996.067,59
R913	Outras	68.881,47	68.881,47	D714	Outras	0,00	0,00
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	D72	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	321.106,91	321.106,91		Despesa efetiva [5]	140.784.389,10	122.739.856,05
	Receita efetiva [2]	138.886.516,70	129.677.500,85		Despesa não efetiva [6]	1.854.794,43	1.914.098,55
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	1.854.794,43	1.914.098,55
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00		<b>Soma [7] = [5] + [6]</b>	<b>142.639.183,53</b>	<b>124.653.954,60</b>
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	0,00	0,00		Operações de tesouraria [C]	6.037.808,71	4.667.874,59
	<b>Soma [4] = [1] + [2] + [3]</b>	<b>239.837.367,91</b>	<b>222.822.803,98</b>		Saldo para a gerência seguinte	103.865.669,57	106.770.978,57
	<b>Operações de tesouraria [B]</b>	<b>10.154.655,62</b>	<b>8.919.972,94</b>		Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	97.198.184,38	110.755.251,20
					Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	10.411.775,53	10.427.076,01
					<b>Saldo global [2] - [5]</b>	<b>-1.897.872,40</b>	<b>11.057.482,25</b>
					Despesa primária	140.687.276,15	122.706.054,00
					Saldo corrente	19.836.012,98	23.690.601,92
					Saldo de capital	-21.733.885,38	-12.633.119,67
					Saldo primário	-1.800.759,45	11.091.284,30
					<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>	<b>239.837.367,91</b>	<b>235.409.205,80</b>
					<b>Despesa total [5] + [6]</b>	<b>142.639.183,53</b>	<b>124.653.954,60</b>

#### 4.2 - Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

## Município da Amadora

Rubrica	Liquidações	2023	2022	Rubrica	Pagamentos	2023	2022
	<b>Receita corrente</b>	<b>134.657.328,85</b>	<b>132.108.437,26</b>		<b>Despesa corrente</b>	<b>113.289.034,18</b>	<b>105.113.485,18</b>
R1	Receita fiscal	41.234.208,01	48.238.984,86	D1	Despesas com o pessoal	43.948.365,28	40.518.187,00
R11	Impostos diretos	40.086.221,72	46.562.539,32	D11	Remunerações Certas e Permanentes	32.703.493,70	29.961.588,11
R12	Impostos indiretos	1.147.986,29	1.676.445,54	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.591.343,80	1.571.025,29
R2	Contribuições para sist. de proteção social e subsist. de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança social	9.653.527,78	8.985.573,60
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.390.598,10	1.435.860,90	D2	Aquisição de bens e serviços	49.227.287,38	46.684.852,80
R4	Rendimentos de propriedade	3.726.611,20	2.748.188,35	D3	Juros e outros encargos	97.112,95	33.797,89
R5	Transferências e subsídios correntes	45.504.863,44	41.720.499,53	D4	Transferências e subsídios correntes	17.653.619,27	16.027.883,53
R51	Transferências correntes	45.351.849,66	40.871.206,88	D41	Transferências correntes	17.032.417,48	15.521.822,88
R511	Administrações Públicas	44.622.490,88	40.864.734,88	D411	Administrações Públicas	12.237.526,18	11.851.577,68
R5111	Administração Central - Estado Português	44.607.248,49	40.754.120,45	D4111	Administração Central - Estado Português	2.394.289,94	2.633.933,39
R5112	Administração Central - Outras entidades	15.242,39	110.614,43	D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	D4113	Segurança Social	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	D4114	Administração Regional	0,00	0,00
R5115	Administração Local	28.017,80	150.781,52	D4115	Administração Local	9.843.236,24	9.217.644,29
R512	Exterior - U E	233.152,97	192.450,48	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	4.688.360,97	3.439.288,43
R513	Outras	0,00	6.472,00	D413	Famílias	106.530,33	93.480,57
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	D414	Outras	0,00	137.476,20
R6	Venda de bens e serviços	41.808.541,62	37.101.967,19	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	992.506,50	862.936,43	D5	Outras despesas correntes	2.362.649,31	1.848.763,97
	<b>Receita de capital</b>	<b>6.109.185,60</b>	<b>2.612.022,35</b>		<b>Despesa de capital</b>	<b>28.252.025,60</b>	<b>19.123.431,67</b>
R8	Venda de bens de investimento	568.516,75	10.194,50	D6	Aquisição de bens de capital	25.285.633,11	14.836.527,47
R9	Transferências e subsídios de capital	5.540.668,85	2.601.827,85	D7	Transferências e subsídios de capital	2.966.392,49	4.286.904,20
R91	Transferências de capital	5.540.668,85	2.601.827,85	D71	Transferências de capital	2.966.392,49	4.286.904,20
R911	Administrações Públicas	5.471.787,38	2.505.579,66	D711	Administrações Públicas	51.000,00	33.000,00
R9111	Administração Central - Estado Português	5.458.844,78	2.505.579,66	D7111	Administração Central - Estado Português	51.000,00	33.000,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	12.942,60	0,00	D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D7113	Segurança Social	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D7114	Administração Regional	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D7115	Administração Local	0,00	0,00
R912	Exterior - U E	0,00	0,00	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	130.772,19	257.836,61
R913	Outras	68.881,47	96.248,19	D713	Famílias	2.831.244,27	3.996.067,59
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	D714	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D72	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	341.197,11	175.759,37	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	140.766.514,45	134.720.459,61		Despesa efetiva [5]	141.541.059,77	124.236.916,84
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	1.854.794,43	1.914.098,55
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	1.854.794,43	1.914.098,55
	<b>Receita Total [4] = [1] + [2] + [3]</b>	<b>140.766.514,45</b>	<b>134.720.459,61</b>		<b>Despesa total [7] = [5] + [6]</b>	<b>143.395.854,20</b>	<b>126.151.015,39</b>